

Balanço Patrimonial 2021

2021



01

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações
contábeis**

03

02

Demonstrações contábeis

06

03

**Notas explicativas às
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021 e de 2020**

27

Sumário



**Relatório do auditor
independente sobre as
demonstrações contábeis**

01
02
03

À

*Administração e aos Conselheiros do
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad
Rio de Janeiro - RJ*

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme informado na Nota explicativa nº 2.2, letra “j” às demonstrações contábeis, a Entidade reconhece a receita de arrecadação somente quando do efetivo recebimento do recurso, ou seja, pelo regime de caixa. As práticas contábeis adotadas no Brasil, determinam o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base em procedimentos alternativos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção do regime de competência sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa nº 18, letra “d”, está em trâmite processo administrativo tributário junto à Secretaria da Receita Federal com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e diferença do Programa de Integração Social (PIS), relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 14.083 mil. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nós, que emitimos relatório em 03 de março de 2021 com a mesma ressalva e ênfase acima mencionadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2022.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O

Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2021	2020
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.148.343	1.064.710
Arrecadação a receber	4	4.482	6.554
Adiantamentos às associações	5	99.693	77.864
Estoques	-	-	74
Adiantamentos diversos	-	926	959
Direitos a receber	7	-	2.024
Despesas antecipadas	-	795	542
Total dos ativos circulantes		1.254.239	1.152.727
<i>Ativos não circulante</i>			
Bloqueios judiciais	6	588	208
Depósitos judiciais	18	1.641	1.637
Direitos a receber	7	14.327	146
Aplicações financeiras	8	7.968	20.564
Despesas antecipadas	-	-	570
Imobilizado	9	19.642	23.798
Intangível	10	13.605	11.078
Total dos ativos não circulantes		57.771	58.001
Total dos ativos		1.312.010	1.210.728

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	2021	2020
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		2.409	2.125
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.709	2.083
Direitos arrecadados a classificar	12	3.856	4.693
Percentual societário de arrecadação	13	24.300	26.056
Direitos arrecadados a distribuir	14	1.098.685	996.614
Receitas financeiras a distribuir	15	89.782	74.860
Provisão para férias e encargos	16	4.869	4.142
Arrendamento mercantil	17	1.402	1.025
Participação nos resultados	-	3.410	1.651
Outras obrigações	-	7.162	2.858
Total dos passivos circulantes		1.238.584	1.116.107
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	84	110
Arrendamento mercantil	17	8.821	9.501
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	18	38.154	58.915
Total dos passivos não circulantes		47.059	68.526
Patrimônio social	19	58	58
Superávits acumulados	-	26.309	26.037
Total do patrimônio líquido		26.367	26.095
Total do passivo e patrimônio líquido		1.321.010	1.210.728

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2021	2020
Receita			
Percentual de administração - Arrecadação	20	107.870	89.900
Percentual de administração - Financeiro	20	4.894	4.666
Receitas operacionais		112.764	94.566
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(61.666)	(63.236)
Despesas administrativas	22	(34.787)	(28.575)
Despesas tributárias	23	(1.296)	(1.457)
Despesas financeiras	24	(2.516)	(3.221)
Constituição de provisões para perdas	25	(3.145)	(46.586)
Outras despesas operacionais	26	(9.082)	(14.046)
Despesas operacionais		(112.492)	(157.121)
Superávit (déficit) do exercício		272	(62.555)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 | Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58	88.592	88.650
Déficit do exercício	-	(62.555)	(62.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58	26.037	26.095
Déficit do exercício	-	272	272
Saldos em 31 de dezembro de 2021	58	26.309	26.367

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 | Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Superávit (déficit) do exercício	72	(62.555)
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	58	12
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	3.145	46.586
Depreciação/amortização do imobilizado	6.186	10.714
Amortização do intangível	4.494	5.081
Juros de arrendamento	1.055	2.026
Variação no capital circulante:		
Redução (aumento) arrecadação a receber	2.072	(4.482)
(Aumento) redução adiantamento a associações	(21.829)	20.559
Redução (aumento) adiantamentos diversos	33	(222)
Redução despesas do exercício seguinte	317	922
Redução de estoque	74	33
(Aumento) redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(384)	208
(Aumento) direitos a receber	(14.181)	(922)
Aumento (redução) fornecedores	284	(1.188)
Aumento (redução) impostos, taxas e contribuições a pagar	626	(269)
(Redução) aumento direitos arrecadados a classificar	(837)	4.673
(Redução) percentual societário - arrecadação	(1.756)	(38.498)
Aumento (redução) direitos arrecadados a distribuir	105.165	(83.664)
Aumento (redução) receita financeira distribuir	14.922	(9.393)
Aumento (redução) provisão férias e encargos	727	(1.369)
Aumento (redução) Participação nos resultados	1.759	(303)
Aumento outros passivos	4.194	1.743
Pagamento de processos	(23.906)	(2.576)
(Redução) aumento adiantamentos	84	4
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	82.574	(112.839)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(2.088)	(7.831)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(7.091)	(3.991)
Pagamentos de arrendamento	(2.357)	(4.810)
Redução de aplicações financeiras	12.596	347
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	1.059	(14.531)
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	83.633	(127.370)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.064.710	1.193.875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.148.343	1.064.710

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

[Valores expressos em milhares de reais,
exceto quando indicado de outra forma]

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAMUS - Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR - Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM - Associação de Intérpretes e Músicos
- SBACEM - Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC - União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado em território nacional, 85,00% destinou-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 5,00% às associações e 10,00% referiu-se ao percentual de administração do Ecad. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei nº 12.853/13.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos Direitos Autorais recebidos de Associações Nacionais, cujo montante é proveniente do exterior e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, receberam percentual de administração diferenciado deliberado pela Assembleia Geral na ata 458º de 24 de maio de 2016, conforme segue:

- Direitos autorais recebidos de Associações Nacionais, provenientes do exterior, destinou-se 90,00% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5,00% às associações e 5,00% ao percentual de administração do Ecad;
- Direitos autorais relativos ao segmento Web, destinou-se 87,25% aos detentores de direitos autorais/conexos, 4,25% às associações e 8,5% ao percentual de administração do Ecad.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela Entidade no mercado financeiro e a receita auferida é distribuída, de acordo com os percentuais descritos anteriormente para a Arrecadação Nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral 2015/ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 47: Em função das características do negócio da Entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Conseqüentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de percentual administrativo de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a Entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad, aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em 04 de março de 2022.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Arrendamento

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Entidade os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 09. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

e. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

f. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (softwares), Marcas e Patentes, Sistemas de Monitoramento - Cia Rádio, Cia Audiovisual e Cia Execuções ao Vivo (desenvolvidos internamente) e o Custo de mão de obra interna dedicada ao desenvolvimento de diversos projetos do Planejamento Estratégico da Entidade, demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

g. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

h. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

i. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

j. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da Entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

k. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, exercendo-as para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

m. Participação nos resultados

A Entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

n. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Entidade a partir de 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Entidade classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.”

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

o. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da Entidade o principal julgamento e estimativa contábil refere-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.

- Depreciação e amortização: A Entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

2.4. Normas novas e revisadas aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º de janeiro de 2023

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Entidade em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Fundo fixo	9	10
Bancos conta movimento	473	652
Aplicações financeiras	1.147.861	1.064.048
Total	1.148.343	1.064.710

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco / Instituição	Tipo	2021	2020
Santander	CDB	8	1.189
Santander	COE	-	3.000
Bradesco	Capitalização	12.975	11.200
Bradesco	CDB	259.690	349.705
Reliance	Fundo de Investimento	320.194	308.139
Bradesco	Fundo de Investimento	419.632	260.995
Amazônia Capital	Fundo de Investimento	107.083	102.857
XP	Fundo de Investimento	28.279	26.963
Total		1.147.861	1.064.048

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, com remuneração pós fixada e com taxas iguais ou superiores a 100% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários, Fundos de investimentos, não exclusivos e, com perfil conservador e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. ARRECADAÇÃO A RECEBER

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2021	2020
Bradesco	4.482	6.554
Total	4.482	6.554

5. ADIANTAMENTOS ÀS ASSOCIAÇÕES

De acordo com o Regulamento de Distribuição da Entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às Associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às Associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2021	2020
ABRAMUS	32.514	23.777
AMAR	2.768	2.648
ASSIM	6.131	4.678
SBACEM	1.340	1.034
SICAM	1.985	1.773
SOCINPRO	7.675	5.837
UBC	47.280	38.117
Total	99.693	77.864

6. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da Entidade decorrentes de processos judiciais em andamento:

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2021	2020
Bradesco	586	200
HSBC	2	2
Banco do Brasil	-	6
Total	588	208

7. DIREITOS A RECEBER

Direitos	2021	2020
Direitos a Receber - Carnaval	10.000	-
Direitos a Receber - Festa Junina	4.000	-
Direitos a Receber - MTG	165	-
Outros	162	2.170
Total	14.327	2.170

Circulante	-	2.024
Não circulante	14.327	146

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – NÃO CIRCULANTE

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui um montante de R\$ 7.968 (R\$ 20.564 em 31 de dezembro de 2020) relativo a Carta de Fiança vinculadas a processos judiciais e contratos de locação e títulos de capitalização de 60 meses, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2021	2020
Descrição	Banco Bradesco	
Processo RBM Cinemas	110	105
Processo André Sperling	1.446	1.415
Processo CADE	697	670
Processo ISS	-	14.692
Contratos de locação	3.685	3.682
Título de Capitalização	2.030	-
Total	7.968	20.564

9. IMOBILIZADO

Descrição				31/12/2021	31/12/2020
	Taxa Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.376	527	849	879
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	4.398	2.291	2.107	2.538
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	28.678	24.387	4.291	6.936
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	434	387	47	55
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	13	11	2	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	8.074	4.914	3.160	3.491
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	11.731	2.545	9.186	9.896
Total		54.704	35.062	19.642	23.798

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	1,82% a 2,50%	879	-	-	(30)	849
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	2.538	17	(54)	(394)	2.107
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	6.936	896	(3)	(3.538)	4.291
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	55	3	(1)	(10)	47
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	3	-	-	(1)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	3.491	179	-	(510)	3.160
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	9.896	993	-	(1.703)	9.186
Total		23.798	2.088	(58)	(6.186)	19.642

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Imóveis	1,82% a 2,50%	908	-	-	(29)	879
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	2.594	333	(10)	(381)	2.538
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	8.619	2.450	(2)	(4.130)	6.936
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	31	33	-	(8)	55
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	6	-	-	(2)	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.952	3.261	-	(1.722)	3.491
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	12.584	1.754	-	(4.442)	9.896
Total		26.694	7.831	(12)	(10.714)	23.798

(a) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros hardwares que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade.

(b) Refere-se a arrendamento mercantil financeiro conforme nota explicativa nº 17.

10. INTANGÍVEL

Descrição				31/12/2021	31/12/2020
	Taxa Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20% a 33,33%	37.009	(31.389)	5.620	2.740
Sistema de monitoramento - Cia Rádio	10%	3.413	(3.413)	-	227
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual	10%	7.968	(5.578)	2.390	3.187
Sistema de monitoramento - Cia Obra Musical	-	4.676	-	4.676	4.528
Projetos internos em desenvolvimento	-	1.002	(83)	919	396
Total		54.068	(40.463)	13.605	11.078

Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2020		Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
		Adições				
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	2.741	6.296	-	(3.417)	5.620
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (1)	10%	227	-	-	(227)	-
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (2)	10%	3.187	-	-	(797)	2.390
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (3)	-	4.528	148	-	-	4.676
Projetos internos em desenvolvimento (4)	-	395	647	(70)	(53)	919
Total		11.078	7.091	(70)	(4.494)	13.605

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2019		Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
		Adições				
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	3.513	3.171	-	(3.943)	2.741
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (1)	10%	568	-	-	(341)	227
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (2)	10%	3.984	-	-	(797)	3.187
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (3)	-	4.103	425	-	-	4.528
Projetos internos em desenvolvimento (4)	-	-	395	-	-	395
Total		12.168	3.991	-	(5.081)	11.078

(1) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(2) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(3) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades em 2022.

(4) Diversos projetos desenvolvidos com mão de obra interna para atividades relacionadas as áreas de Arrecadação e Distribuição da Entidade.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2021	2020
INSS a recolher sobre salários	847	727
FGTS a recolher sobre salários	324	280
PIS a recolher sobre folha de pagamento	54	46
IRRF sobre salários	1.426	947
IRRF sobre serviços de terceiros	11	12
PIS/COFINS/CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	47	46
ISS sobre prestação serviços de terceiros	-	25
Total	2.709	2.083

12. DIREITOS ARRECADADOS A CLASSIFICAR

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e do percentual de administração da Entidade.

13. PERCENTUAL SOCIETÁRIO DE ARRECADAÇÃO

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei 12.853/2013 em fase de identificação pela Entidade, conforme abordado na nota explicativa nº. 1.

14. DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2021	2020
Músico Executante	49.888	54.595
Show/Eventos	33.745	26.145
Cinema	56.475	72.985
Carnaval	9.252	5.576
TV por assinatura	199.228	197.043
Rádio AM/FM - Extra Rádio	7.691	10.241
Outras emissoras audiovisual / Planilha	-	1.810
Música ao vivo	11.067	9.543
Festa Junina	1.276	1.357
Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	89	55
Internet Simulcasting	96	97
TV Globo + Direitos gerais	108.038	106.438
TV Record + Direitos gerais	22.372	21.012
TV SBT + Direitos gerais	26.757	23.657
TV Band + Direitos gerais	13.844	8.556
Rádio regionalizadas + Direitos gerais	98.427	96.650
Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	1.660	1.286
Internet Youtube	405	405
Casas de festas e diversão	31.123	25.035
Rede Mulher de Televisão - Record News	699	483
Fundação Pe Anchieta - TV Cultura - Audiovisual/Planilha	-	110
Fundação Casper Líbero - TV Gazeta	1.054	927
RTV Canal 10	5	5
TV Ind. São José Rio Preto - Rede Vida	1.309	1.661
Cable Link Oper. Sinais TV - Mix TV	103	103
Rede Família de Comunicação (Audiovisual/Planilha)	-	349

Rubrica	2021	2020
Rádio e TV OM. - CNT Curitiba (Audiovisual/Planilha)	-	1.785
Sonorização Copas da FIFA	30	30
Globo acordo	5.201	12.840
Sky acordo	-	5.738
Sonorização ambiental	67.870	58.634
Show Conexo	275	41
Usuários gerais	55.093	33.113
Sonorização Fan Fest	2	2
Sonorização Tour da Taça	5	5
Net acordo	-	10.734
Claro acordo	-	4.244
Internet Simulcasting Regionalizada	6.711	5.804
Web - Spotify Brasil Serviços	33.484	23.161
Web - Deezer Music Brasil Ltda	4.026	3.798
Web - Kboing Networks do Brasil	36	36
Web - Apple Inc. (Beats1)	37	24
Web - Vevo LLC	7	7
Web - Apple Inc. (Apple Music)	2.924	2.585
Web - Microsoft Corporation (Groove)	85	87
Web - Rdio Music	17	17
Grupo Música	17.076	16.613
Sonorização - Jogos Rio 2016	258	272
Sonorização Revezamento da Tocha	36	42
Sonorização - Centros de Hospitalidade	35	36
Rádio e Tv Tarobá Ltda	-	504
TV Pública (TV Brasil)	997	8.853
Sd-Streaming Audiovisual - Netflix Entretenimento Brasil Ltda	133.854	104.109
Web 3BR Tech	117	98
Sdi/Extra de Show	489	145
Web/Napster do Brasil	623	573
Web/Starmaker Interactive	13	9
Sd-Streaming Audiovisual / Microsoft Corpo	162	159
TV Diário	647	560

Rubrica	2021	2020
Sd-Streaming Musical / Google Inc.	23.027	17.459
Webc/SBT - São Paulo	625	350
Web/Google Inc (Google Play)	368	531
Web/3Br Tech (Louve)	17	17
Web-3br Tech (Sbt Hits)	11	11
Sd-Streaming Audiovisual / Apple Inc.	39	6.440
Webc/Globo Comunicação e Participações	5.955	3.501
Web/3Br Tech (Bradesco Music)	55	55
Webc/PB Brasil	8	14
Webc/Telecine Programação de Filmes	839	835
Sd-Streaming Audiovisual / Amazon Digital	575	672
Web/My Space	332	332
Webc/Crackle	81	81
Cinema Extra	5.132	409
TVR Ideal TV	556	430
Web / EDPW Serviços Adm. Ltda	28	28
TV Almg + Direitos Gerais	164	113
TV Assembleia + Direitos gerais	161	110
TV Camara + Direitos gerais	152	102
TVE - Porto Alegre + Direitos gerais	67	34
TV Planalto + Direitos gerais	4	3
TV Canção Nova + Direitos gGerais	6	5
TV Canção Nova Cachoeira Paulista + Direitos gerais	5	3
TV Fundarte + Direitos gerais	10	7
TV Aparecida + Direitos gerais	1.188	715
Canal Futura + Direitos gerais	121	89
TV Mercosul + Direitos gerais	15	42
TV Horizonte + Direitos gerais	15	14
TV Justiça - Brasília + Direitos gerais	96	76
TV Unesp + Direitos gerais	20	13
TV Lumen + Direitos gerais	238	29
Webc / Algar Telecom S/A	94	87
Fundação Cultural Celinauta - TV Sudoeste	39	29

Rubrica	2021	2020
Saltur acordo	45	54
Web / Amazon Serviços de Varejo	792	181
TVR / TV Capital - Rede Minas	35	23
TVR / TV Século 21	31	16
Webc / Gshow	101	46
Webc / Globoplay	7.489	1.788
TVR / Sistema Clube de Comunicação Ltda	-	1.088
Record e TV Globo Internacional	2	-
Sd-Streaming Digital / Facebook	4.375	-
Webc/Geocontrol Ind. Com. Serv	41	-
Web/Ambi Serviços de Internet Ltda	701	-
Webc/Radio e TV Record	12	-
Sd-Streaming Musical / Joyo Technology PT	720	-
TVR/Carajas - Fundação Waldecar	6	-
TVR/Canção Nova RS - Fundação João Paulo	4	-
Sd-Streaming Musical/Bytedance Brasil	3.598	-
TVR/Rede 21 Comunicações	910	-
Web/Terra Networks Brasil	83	-
Webc/The Walt Disney Comp	13.125	-
Sd-Streaming Musical/Twith Interactive	1.987	-
TVR/TV Omega	2.493	-
Webc/TV Omega	749	-
TV por Assinatura - Sky / Net / Claro - Acordo	12.124	-
TV Outras emissoras	2.266	-
Fundação Pe Anchieta (TV Cultura)	107	-
Rede Família de Comunicação	457	-
Radio e TV Om (TV CNT)	1.256	-
TV Genesis	220	-
TV Canção Nova Brasília	7	-
TV Milicia da Imaculada	12	-
TV Pai Eterno	171	-
TV Boa Vontade	10	-
	1.098.685	996.614

■ MÚSICO EXECUTANTE	Crédito Retido: períodos passados.
■ SHOW/EVENTOS	Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
■ CINEMA	À medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às Associações, corrigidos monetariamente. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
■ CARNAVAL	Mensalidade/Acordo: maio a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados a abril do ano corrente.
■ RADIO (AM/FM) - EXTRA RÁDIO	Acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados a outubro do ano corrente.
■ OUTRAS EMISSORAS (Emissoras que não encaminham suas programações)	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados.
■ MÚSICA AO VIVO	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
■ CASAS DE FESTAS E DIVERSÃO	Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ SONORIZAÇÃO AMBIENTAL	
■ INTERNET SIMULCASTING REGIONALIZADA	
■ FESTA JUNINA	Mensalidade/Acordo: setembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados a agosto do ano corrente.
■ MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO - MTG	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados a junho do ano corrente.
■ INTERNET SIMULCASTING	Crédito Retido: períodos passados.
■ TV GLOBO	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.

■ TV RECORD	Mensalidade: julho a novembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (REDEVIDA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV SBT	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ CABLE LINK OPERADORA SINAIS TV (MIX TV)	Crédito Retido: períodos passados.
■ TV BAND	Mensalidade/ Acordo: julho a dezembro do ano corrente e períodos passados. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÃO	Mensalidade/Acordo: períodos passados e março a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: janeiro a março do ano corrente e períodos passados.
■ RÁDIOS REGIONALIZADAS + DIREITOS GERAIS	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ TV CNT	Mensalidade: julho a setembro e novembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ INTERNET WEBCASTING, PODCASTING E AMBIENTAÇÃO DE SITES	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: janeiro a junho do ano corrente e períodos passados.	■ SONORIZAÇÃO COPAS DA FIFA	Crédito Retido: períodos passados.
■ INTERNET YOUTUBE	Crédito Retido: períodos passados.	■ TV GLOBO ACORDO	Crédito Retido: períodos passados.
■ REDE MULHER DE TELEVISÃO (TV RECORD NEWS)	Mensalidade/ Acordo: períodos passados e julho a novembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ SHOW CONEXO ■ USUÁRIOS GERAIS	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
■ RECORD E TV GLOBO INTERNACIONAL	Provisionamento de outubro do ano corrente.	■ SONORIZAÇÃO FAN FEST	Mensalidade/Acordo: períodos passados. Crédito Retido: períodos passados.
■ FUND PE ANCHIETA CENTRO PAULISTA RADIO E TV (TV CULTURA)	Mensalidade: julho a outubro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ SONORIZAÇÃO TOUR DA TAÇA	Mensalidade/Acordo: períodos passados. Crédito Retido: períodos passados.
■ FUNDAÇÃO CASPER LIBERO (TV GAZETA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ STREAMING AUDIOVISUAL E MUSICAL, STREAMING E WEBCASTING	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
■ ESTACÃO RETRANSMISSORA DE TELEVISÃO SARANDI (RTV CANAL 10)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.	■ GRUPO MÚSICA	Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
		■ SONORIZAÇÃO - JOGOS RIO 2016	Crédito Retido: períodos passados.
		■ SONORIZAÇÃO - REVEZAMENTO DA TOCHA	Crédito Retido: períodos passados.
		■ SONORIZAÇÃO - CENTROS DE HOSPITALIDADE	Crédito Retido: períodos passados.
		■ EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC (TV BRASIL)	Mensalidade: períodos passados a novembro do ano corrente.
		■ SDI/ EXTRA DE SHOW	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados a junho do ano corrente e períodos passados.

■ TV POR ASSINATURA	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (TV CANÇÃO NOVA CACHOEIRA PAULISTA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV POR ASSINATURA ACORDO (SKY/NET/CLARO)	Crédito Retido: períodos passados.	■ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ARTES DE MONTENEGRO (TV CULTURA DO VALE - FUNDARTE)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV DIÁRIO	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA (TV APARECIDA)	Mensalidade: janeiro a março e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ CINEMA - EXTRA	Mensalidade/Acordo: janeiro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados.	■ FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (CANAL FUTURA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ ID TV (LOADING TV)	Mensalidade: janeiro a março e julho a dezembro do ano corrente.	■ RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER (TV MERCOSUL)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TV ALMG)	Mensalidade: períodos passados e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA (TV HORIZONTE)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (TV ASSEMBLEIA - FORTALEZA)	Mensalidade: períodos passados, janeiro a março e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (TV JUSTIÇA - BRASÍLIA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ CAMARA DOS DEPUTADOS (TV CAMARA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA UNESP/ SÃO PAULO (TV UNESP)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (TVE - PORTO ALEGRE)	Mensalidade: períodos passados e abril a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: janeiro a março do ano corrente e períodos passados.	■ TV EVANGELIZAR	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ FUNDAÇÃO EDUC. CULTURAL PLANALTO POÇOS CALDAS (TV PLANALTO)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.	■ FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA (TV SUDOESTE - REDETV)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ FUNDAÇÃO ERNESTO BENEDITO DE CAMARGO (TV CANÇÃO NOVA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.		

■ SALTUR - ACORDO	Crédito Retido: períodos passados.
■ FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO (TV CAPITAL - REDE MINAS)	Mensalidade/Acordo: períodos passados e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ FUNDAÇÃO SECULO VINTE E UM (TV SECULO 21)	Mensalidade: períodos passados e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ FUNDAÇÃO WALPECAR-WALDEVINO P. DE CARVALHO (TV CARAJAS - CAMPO MOURÃO)	Mensalidade: períodos passados e julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (TV CANÇÃO NOVA RIO GRANDE DO SUL)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ REDE 21 COMUNICAÇÕES	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
■ TV OMEGA (REDETV!)	Acordo: junho de 1999 a dezembro do ano corrente.
■ FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA (TV GENESIS)	Mensalidade/ Acordo: períodos passados a dezembro do ano corrente.
■ FUNDAÇÃO SÃO JOSÉ OPERÁRIO (TV APOIO - BRASÍLIA)	Mensalidade: janeiro a dezembro do ano corrente.
■ FUNDAÇÃO PADRE KOLBE DE RÁDIO E TELEVISÃO (TV MILICIA DA IMACULADA)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
■ TV SERRA AZUL (TV PAI ETERNO)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
■ FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO (TV BOA VONTADE)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.

15. RECEITAS FINANCEIRAS A DISTRIBUIR

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

16. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2021	2020
Provisão para férias	3.624	3.089
Encargos sobre férias	1.245	1.053
	4.869	4.142

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Entidade possui contratos de locação de imóveis utilizados em suas operações, cujos prazos de locação variam entre 2 e 8 anos.

Movimentação do passivo de arrendamento:

Descrição	2021	2020
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	10.526	13.310
Encargos de ajuste ao valor presente	1.055	2.026
Pagamentos realizados no ano	(2.357)	(4.810)
Remensurações	999	-
Passivo de Arrendamento	10.223	10.526

Compromissos futuros:

Descrição	2021	2020
2021	-	2.184
2022	2.384	2.054
2023	2.161	1.883
2024	1.932	1.762
2025	1.690	1.690
2026	1.436	1.436
2027	1.436	1.436
2028	1.436	1.436
2029	1.436	1.436
2030	358	358
Encargos de ajuste ao valor presente	(4.046)	(5.149)
Passivo de Arrendamento	10.223	10.526
Circulante	1.402	1.025
Não circulante	8.821	9.501

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos saldos e movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis		
Tributárias (a)	200	200
Trabalhistas (b)	22.828	23.181
Cíveis (c)	15.126	35.534
Total	38.154	58.915

	2021	2020
Saldo inicial	58.915	14.906
Provisão/reversão	3.145	46.586
Pagamentos	(23.906)	(2.576)
Total	38.154	58.915

	2021	2020
Depósitos judiciais		
Depósitos Judiciais Titulares	3	-
Depósitos Judiciais Trabalhistas	140	140
Depósitos Judiciais Tributários	1.498	1.497
Total	1.641	1.637

a. Tributárias

O saldo relativo às ações de natureza tributária é referente ao processo proposto pela União contra esta Entidade através de auto de infração, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

b. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhista é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

c. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

d. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da Entidade, com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da Entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2021	2020
Trabalhistas	1.783	45.759
Tributárias	20.213	31.254
Cíveis	5.349	4.074
Total	27.345	81.087

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo trabalhista nº 0000853-50.2012.5.01.0029, tendo como natureza reivindicação de honorários. No momento o processo se encontra em fase recursal, aguardando julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 798.
- O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66, tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, COFINS e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado da causa monta em R\$ 14.083.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25/02/2014 e o Auto de Infração lavrado em 26/05/2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo, que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001, tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada Carta de fiança oferecida em garantia do débito objeto da execução fiscal. Em 07/07/2017, foi proferida decisão mantendo a decisão agravada e determinando a remessa dos autos ao STJ, atualmente os autos encontram-se conclusos para decisão da relatora e dependerão de interpretação do STJ de conceitos específicos previstos na legislação que disciplina a instituição e cobrança do ISS. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado da causa era de R\$ 11.514. O processo foi encerrado no ano de 2021, com ganho do Ecad, vide nota 8.

- O processo cível nº 0207622-46.2020.8.19.0001, tendo como natureza ação por revisão de direitos autorais. No momento o processo se encontra em execução provisória e foi apresentada impugnação pelo Ecad. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 1.733.

d. Ativo contingente

A Entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando o recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determinada o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2021, os processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 650.603.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2020) é compreendido por doações das Sociedades fundadoras.

20. RECEITA OPERACIONAL

	2021	2020
Receitas de Arrecadação		
Percentual de administração - Arrecadação nacional	102.835	85.980
Percentual de administração - Arrecadação nacional Web	4.937	3.911
Percentual de administração - Arrecadação estrangeira	98	9
Total	107.870	89.900

	2021	2020
Receita financeira		
Percentual de administração - financeiro	4.894	4.666

21. DESPESAS COM PESSOAL

	2021	2020
Pessoal	36.848	38.407
Participação dos empregados nos resultados	3.348	1.600
Férias e 13º salário	5.293	6.692
Estagiários	10	21
Assistência médica	4.070	5.764
Encargo trabalhista (FGTS / PIS)	3.403	2.770
Contribuição previdenciária	8.694	7.982
Total	61.666	63.236

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	12.515	12.388
Viagens e deslocamento	214	475
Materiais de manutenção	907	1.100
Comunicação e publicidade	103	247
Conservação e manutenção	5.135	5.693
Locações diversas	1.022	659
Comunicações / telefones	1.143	1.204
Treinamentos	185	98
Despesas legais e judiciais	3.900	3.066
Condomínio e energia	1.549	2.329
Outras despesas administrativas	8.114	1.316
TOTAL	34.787	28.575

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
IR Sobre Aplicações Financeiras	835	844
IPTU	365	544
Contribuição Sindical Patronal	76	44
Taxas e licenças	20	25
Total	1.296	1.457

24. DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Cobrança escritural (*)	1.146	929
Comissão sobre fiança	87	72
Juros e multas	8	56
Juros sobre arrendamento	1.055	2.026
Despesas bancárias	30	25
Imposto sobre operação de câmbio	112	113
Outras despesas financeiras	78	-
Total	2.516	3.221

(*) Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

25. REVERSÃO / CONSTITUIÇÃO PROVISÕES PARA PERDAS

	2021	2020
Trabalhistas	6.921	20.093
Cíveis / Autorais	(3.776)	26.293
Tributárias	-	200
Total	3.145	46.586

26. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2021	2020
Perdas diversas	(7)	(50)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(92)	(89)
Baixa do ativo imobilizado	(57)	(12)
Variação Percentual Societário	-	(499)
Arrendamento Mercantil	(41)	
Receita de honorários de êxito	103	28
Recuperação de custas judiciais	1.411	474
Variação Percentual Titular	-	1.498
Receita contrato de fidelização bancária	28	-
Amortização do intangível	(4.494)	(5.081)
Depreciação/amortização do imobilizado	(6.196)	(10.714)
Outras receitas	253	400
Total	(9.082)	(14.046)

27. SEGUROS CONTRATADOS

A Entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 1001800001537, com vigência de 30.06.2021 a 30.06.2022 em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 28.200.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas por nosso auditor independente.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	100
Danos Elétricos	1.300
Tumultos, Greves, <i>Lockout</i> e Atos Dolosos	66
Anúncios luminosos	56
Impacto de veículos	100
Despesas de aluguel	7.000
Roubo ou furto mediante Arrombamento	693
Quebra de vidros, espelhos, mármore	56
Vazamentos de Chuveiros Automáticos	1.600
Equipamentos Eletrônicos	4.000
Recomposição de registros e documentos	1.260
Aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	19.000
Responsabilidade Civil - operações	2.200
Responsabilidade Civil empregador	1.100

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

28.1. Considerações gerais

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Entidade com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras.

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

28.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

28.2.1 Classificação

A Entidade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Entidade consistem em caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira.

O principal passivo financeiro da Entidade refere-se a obrigações com fornecedores. As obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

28.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de fornecedores se aproxima de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e suas respectivas classificações são os seguintes:

Descrição	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e bancos	-	482	482
Aplicações financeiras	1.147.861	-	1.147.861
Aplicações financeiros - Vinculadas	7.968	-	7.968
Total	1.155.829	482	1.156.311
Passivos			
Fornecedores	-	2.409	2.409
Total	-	2.409	2.409

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

28.2.3 Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46/IFRS 7, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa pelo seu valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como Nível 1.

28.3. Gerenciamento de risco

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus usuários é atenuado pela base pulverizada de usuários. A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

b) Risco de liquidez

A Entidade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Entidade em 31 de dezembro de 2021 eram 1,01 e 1,02, respectivamente.

29. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas, Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Recursos Humano e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da Entidade, devidamente aprovado pela Assembleia das Sociedades Dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2021	2020
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	7.019	10.326

Guacira Feliciano da Silva
Contador - CRC RJ-093074/O-2

Isabel Amorim
Superintendente-Executiva

ECAD



www.ecad.org.br

